



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000408-03.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Felipe Armando Treviso**  
 Requerido: **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

FELIPE ARMANDO TREVISO moveu ação indenizatória contra o MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS pedindo o ressarcimento de R\$ 911,00, que desembolsou com o reparo de seu veículo, avariado em acidente ocorrido devido a um buraco no pavimento, dano segundo o autor imputável ao réu, que teria falhado na manutenção da via pública.

O réu contestou, alegando preliminares de inépcia da inicial e ilegitimidade ativa, e, no mérito, a culpa exclusiva da vítima e a ausência de falha no serviço de manutenção.

O autor ofereceu réplica.

O processo foi saneado, afastando-se as preliminares e determinando-se a produção de prova testemunhal.

Nesta data, foi ouvida uma testemunha e, em debates, as partes reiteraram as manifestações anteriores.

É o relatório. Decido.

A ação procede. A questão central está no que é exigível juridicamente do prestador de serviço de conservação das vias públicas. A responsabilidade do réu é subjetiva, em consonância com a teoria francesa da faute du service. A análise há de ser feita no plano operacional do serviço público que se presta, pois que inúmeros serviços públicos são "defeituosos" sem que se possa, muitas vezes, atribuir tal fato à culpa em sentido estrito de uma pessoa ou um grupo de pessoas, isoladamente considerados. Fala-se então em culpa do serviço, falta do serviço ou, simplesmente, culpa anônima da administração, que estará caracterizada em três hipóteses: a ausência do serviço, o serviço defeituoso ou o serviço demorado.

Na hipótese, o autor comprovou, pela testemunha ouvida nesta data, e pelas fotografias que instruem a inicial, que o buraco existente na pista estava lá há dias e não foi reparado, assim como a prefeitura não sinalizou adequadamente a sua existência, o que implica concorrer causalmente para o resultado lesivo.

A chuva foi relevante para o episódio, vez que cobriu o buraco e facilitou os acidentes (como dito pela testemunha, foram vários naquela data). Mas eles não teriam ocorrido, não fosse o buraco, não reparado e não sinalizado.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

É de rigor, então, a procedência da ação, salientando-se que a responsabilidade do Poder Público advém da falha na prestação do serviço público de manutenção e conservação das vias públicas e devido à ausência de sinalização a respeito dos buracos, nos termos de robusta jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - Dano material - Veículo avariado por buraco não sinalizado existente na via pública - Dano e nexos causais demonstrados - **Omissão da Municipalidade, que não cumpriu o dever de conservação e sinalização das vias públicas** - Ação de indenização julgada procedente - Recurso parcialmente provido. (Apelação n. 990.10.217696-7 - Guarulhos - 3ª Câmara de Direito Público - Relator: Paulo Magalhães da Costa Coelho - 29/06/2010 - 17898 - Unânime)

DANO MORAL - Responsabilidade civil - Queda de pedestre em buraco na via pública - Tratamento de fratura no cotovelo e limitação funcional - Ocorrência - **Omissão da Municipalidade na conservação da via pública** - Reconhecimento - Dano e nexos causais devidamente comprovados - Provas periciais e testemunhais que confirmam as alegações - Indenização devida - Sentença mantida - Recurso improvido. (Apelação n. 0529020.5/7-00 - Sumaré - 4ª Câmara de Direito Público - Relator: Rui Stoco - 12/07/2010 - 10335 - Unânime)

DANO MORAL - Responsabilidade civil - Acidente com vítima fatal em via pública - **Buraco na pista** - Nexos causais configurados - Culpa concorrente - Ausência - **Responsabilidade da Administração Pública pela omissão** - Indenização devida - Redução - Necessidade - Recurso parcialmente provido. (Apelação n. 0941320.5/0-00 - São João da Boa Vista - 1ª Câmara de Direito Público - Relator: Vicente de Abreu Amadei - 25/10/2011 - 1170 - Unânime)

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - Dano material - Dano moral - Município de Dois Córregos - Acidente de trânsito - Queda de menor, com bicicleta, em buraco não sinalizado de via pública - Obras realizadas pelo serviço autônomo de água e esgoto municipal - Ferimentos na face e na cabeça, tendo a vítima quebrado e perdido vários dentes - Deformidade no rosto e problemas de mastigação, bem como constrangimentos, humilhações e dissabores que reclamam tratamento psicológico - "Faute du service" caracterizada - Existência do nexos causal entre os danos morais sofridos pelo autor e o **descumprimento do dever de agir caracterizado pela ausência de manutenção**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**das condições de segurança da via pública e falta da instalação de sinalização adequada** - Responsabilidade da requerida pelo pagamento de danos materiais e morais, estes fixados no equivalente a cinco salários mínimos - Recurso parcialmente provido para afastar a extinção do processo e julgar procedente em parte o pedido. (Apelação n. 0002904-37.2010.8.26.0165 - Dois Córregos - 13ª Câmara de Direito Público - Relator: Ricardo Mair Anafe - 06/06/2012 - 12658 - Unânime

Quanto à extensão dos danos, foi adequadamente comprovada pelo autor, fls. 33/34.

Ante o exposto, julgo procedente a ação e **CONDENO** o réu a pagar ao autor R\$ 911,00, com atualização monetária e juros moratórios desde 05/01/2015, data das notas fiscais relativas aos serviços efetuados no automóvel.

A atualização monetária deve se dar pela tabela prática do TJSP para débitos da fazenda pública - modulada, e os juros moratórios são os mesmos incidentes sobre as cadernetas de poupança. Salienta-se que, em relação aos juros moratórios, não correspondem exatamente ao dia do acidente porque não se pode fixar a mora em data anterior ao próprio dano. Mutatis mutandis, é o que ensina o STJ no REsp 1.021.500/PR.

Sem verbas sucumbenciais no juizado.

P.R.I.

São Carlos, 26 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**